ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Campos, André Gambier

Working Paper

Bem-estar social nos anos e 2000: Traços estilizados da história brasileira

Texto para Discussão, No. 2025

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Campos, André Gambier (2015) : Bem-estar social nos anos e 2000: Traços estilizados da história brasileira, Texto para Discussão, No. 2025, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/121551

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

2025
TEXTO PARA DISCUSSÃO

BEM-ESTAR SOCIAL NOS ANOS 1990 E 2000: TRAÇOS ESTILIZADOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

André Gambier Campos

ipea

2025

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, janeiro de 2015

BEM-ESTAR SOCIAL NOS ANOS 1990 E 2000: TRAÇOS ESTILIZADOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA[1]

André Gambier Campos[2]

1. O autor agradece a Brunu Marcus Amorim, José Valente Chaves e Leonardo Alves Rangel, todos do Ipea.

2. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: andre.campos@ipea.gov.br.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto
Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete
Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: J00; I00; I30.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 MERCADO DE TRABALHO 11

3 POLÍTICA SOCIAL 16

4 POBREZA E DESIGUALDADE 24

5 CONCLUSÕES 31

REFERÊNCIAS 34

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 36

SINOPSE

De maneira estilizada, este texto apresenta a dinâmica do bem-estar da população brasileira nas últimas décadas, destacando especialmente a de 2000. A intenção, por um lado, é verificar alguns indicadores elementares de bem-estar (ou de sua ausência), como os de pobreza e extrema pobreza. Por outro, é analisar certos fatores responsáveis por este bem-estar, como os associados aos rendimentos da população – advindos do mercado laboral e da política social.

Palavras-chave: trabalho; política social; bem-estar social.

ABSTRACT

In a stylized way, this text presents the dynamics of the welfare in Brazil in recent decades, highlighting especially the 2000's. Firstly, the purpose is to check some basic indicators of well-being (or of lack of it), as those related to poverty and extreme poverty situations. Secondly, the objective is to analyze some factors responsible for this welfare, as those associated with the household income, which comes from the labor market and from the social policy.

Keywords: labor; social policy; welfare.

1 INTRODUÇÃO

De maneira estilizada, este texto apresenta a dinâmica do bem-estar da população brasileira nas últimas décadas, destacando especialmente a de 2000. A intenção, por um lado, é verificar alguns indicadores elementares de bem-estar (ou de sua ausência), como os de pobreza e extrema pobreza. Por outro, é analisar certos fatores responsáveis por este bem-estar, como os associados aos rendimentos da população – advindos do mercado laboral e da política social.

Assume-se que, em uma economia organizada em torno de mercados, o bem-estar depende do acesso a rendimentos monetários que permitam a aquisição privada de bens e serviços necessários à vida cotidiana. É certo que, de modo secundário, esses bens e serviços também podem ser disponibilizados pelo Estado, de maneira pública e gratuita, sem demandar rendimentos da população. De toda maneira, em uma economia comandada por mercados, como a brasileira, isso nem sempre é a regra.

Admite-se também que os rendimentos monetários provêm majoritariamente do mercado laboral. Nas últimas décadas, o trabalho foi responsável por cerca de três quartos do fluxo de renda dos domicílios, sendo que quase metade desses domicílios teve no trabalho a sua fonte única (Barros *et al.*, 2004). É verdade que a política social, especialmente a previdenciária/assistencial, ganhou peso no fluxo de renda na década de 2000. Isso, porém, não chegou a obscurecer a relevância do mercado de trabalho como principal mecanismo definidor do bem-estar da população.

Para compreender o mercado laboral, é necessário entender a economia, principalmente em seu âmbito *macro*. Em certa extensão, a literatura já tratou da economia brasileira na década de 1990, quando se constituiu uma acumulação capitalista com traços liberais (Cano, 2000; Cruz, 2007; Fiori, 2004). Igualmente, tratou das consequências dessa acumulação para o mercado laboral, em termos de desocupação em alta, ocupação em baixa, informalidade em alta, rendimentos em baixa etc. (Cardoso, 1999; Pochmann, 2001; Toledo, 2000).

Neste texto, pretende-se somente discutir a economia na década de 2000, quando se configurou uma acumulação com traços distintos.[1] A literatura a respeito ainda é incipiente, mas permite realizar algumas afirmações, mesmo que estilizadas (Baltar e*t al.*, 2010; Barbosa, 2011; Barbosa e Souza, 2010; Berg e Tobin, 2011; Berg, 2011; Cacciamali, Bobik e Celli Júnior, 2012; Cacciamali e Cury, 2013; Cardoso Júnior, 2007; Fiori, 2006; Marinakis, 2011; Medeiros, 2006; Pinto, 2013).

De início, é possível afirmar que houve uma alteração na dinâmica econômica, por volta de 2003. No âmbito da divisão mundial do trabalho, o Brasil voltou-se mais à Ásia e menos à América do Norte e à Europa.[2] A Ásia passou a importar bens primários do Brasil, em volumes crescentes e com preços elevados, especialmente produtos agrícolas, pecuários e minerais. Ao mesmo tempo, passou a exportar bens secundários ao Brasil, em quantidades crescentes, mas com preços baixos – produtos de todas as espécies, com destaque para os de consumo.

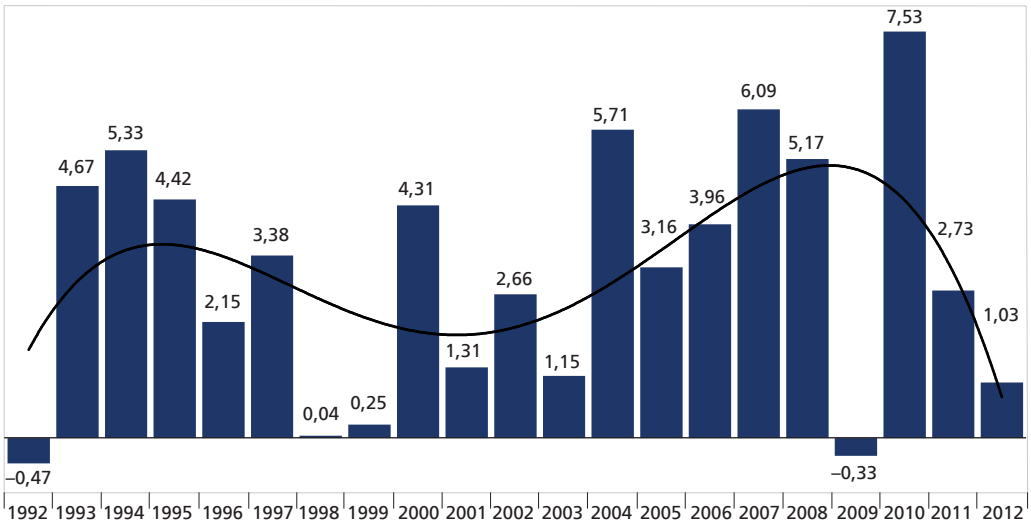
Por decorrência, ocorreu uma expressiva acumulação de divisas no Brasil. Isso atribuiu novos graus de liberdade às iniciativas de estabilização da moeda nacional, do ponto de vista monetário, creditício, cambial, tributário ou fiscal.[3] Com esses graus de liberdade, tornou-se viável, ao menos até 2010, alcançar patamares ampliados de crescimento do produto interno bruto (PIB), sem se aprisionar pelas históricas preocupações com a instabilidade do padrão monetário e com a restrição externa (gráfico 1).

1. Sublinhe-se que as mudanças descritas neste estudo, que incidiram sobre a acumulação no sentido de transformar sua estrutura, ganharam relevância apenas gradualmente ao longo da década de 2000, tornando-se mais evidentes apenas em seu final – a partir de 2008, mais especificamente (Barbosa e Souza, 2010; Berg e Tobin, 2011; Marinakis, 2011).

2. Não obstante, o Brasil continuou voltado à América Latina, por meio da integração a blocos como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) (Cacciamali, Bobik e Celli Júnior, 2012).

3. Graus de liberdade que se traduziram, em determinados momentos da década, em taxas de juros inferiores, montantes de crédito superiores, taxas cambiais desvalorizadas etc. (Barbosa e Souza, 2010).

GRÁFICO 1
Taxa de variação real anual do PIB (1992-2012)
(Em %)



Fonte: Contas Nacionais/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração do autor a partir de IpeaData.
Obs.: Média aritmética simples das taxas entre 1992 e 1993: 2,10%; entre 1994 e 2003: 2,51%; entre 2004 e 2010: 4,47%; e entre 2011 e 2012: 1,88%. Linha de tendência: polinomial de quarta ordem.

Com esse crescimento ampliado do PIB, novos recursos externos afluíram para o Brasil. Não só recursos dedicados à produção de bens e serviços – os chamados investimentos diretos externos – mas também os direcionados aos mercados de juros, de câmbio, de ações etc. – denominados investimentos em carteira. Isso contribuiu para a acumulação de divisas externas, o que, em ampla medida, realimentou o círculo virtuoso antes descrito.

Além disso, com a mudança do ciclo político, também no ano de 2003, houve uma retomada de papéis por parte do Estado – papéis que haviam sido antes relegados, como os de financiador, produtor, regulador etc. Esta retomada significou, entre outras coisas, mais regulações dos mercados (de bens, serviços, capitais, trabalho, terras etc.), mais arrecadação tributária (que cresceu bastante, até em consequência do avanço do PIB) e mais gasto estatal (particularmente na seara social, na qual se destacaram as transferências de rendimentos).

O maior gasto estatal, principalmente na área social, reforçou um aspecto da acumulação que começou a se desenhar: a ênfase no mercado interno, no consumo das

famílias.[4] Apesar da relevância das exportações, o consumo interno apresentou destaque crescente na composição do PIB – em particular, após a crise mundial de 2008, que fechou parcela dos mercados externos, mesmo os de bens primários.

O maior gasto social colaborou, em alguma medida, para o crescimento ampliado do PIB. No que tange às transferências de rendimentos (previdenciárias e assistenciais), este gasto inseriu, de forma direta, milhões de famílias no circuito de consumo de bens e serviços e, mesmo quanto à prestação de serviços – de educação e saúde –, liberou recursos das famílias, que se dirigiram, de modo indireto, também ao circuito de consumo.

Sublinhe-se que o consumo das famílias correspondeu a um aspecto realmente importante da acumulação que começou a se esboçar na década de 2000. Esperava-se que, alavancado pelo consumo, o investimento – o público e, especialmente, o privado – fosse alçado a patamares superiores aos até então vistos e que o PIB conquistasse espaço ainda mais ampliado para sua variação futura, sem desequilíbrios – como inflação, *deficit* em contas etc.[5]

Seja como for, em termos de conjuntura, pode-se dizer que as mudanças na estrutura da acumulação, tal como anteriormente descritas, fizeram com que a dinâmica da economia se mostrasse positiva. Isso teve um impacto também positivo sobre a dinâmica do mercado de trabalho, na qual se destacou principalmente o avanço da ocupação, da formalidade e do rendimento laboral – aspectos cuja evolução será examinada a seguir.[6]

4. O consumo das famílias é determinado, basicamente, pela renda disponível e pelo crédito ofertado a elas.

5. O investimento não ficou apenas a reboque do consumo das famílias. Parte do gasto estatal na década de 2000 foi dirigida a investimentos públicos em infraestrutura (em especial, transporte, energia, habitação e serviços urbanísticos). Outra parte foi direcionada ao financiamento de investimentos privados, em particular, por meio dos bancos estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Ipea, 2012).

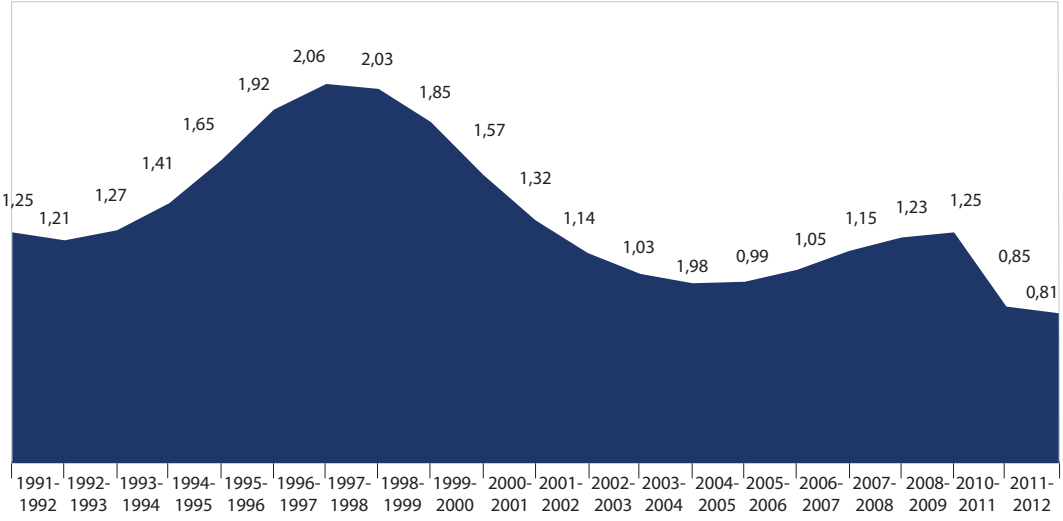
6. Outras mudanças, não relacionadas à esfera da economia e, sim, à da demografia, da sociedade e da política, também são apontadas pela literatura citada como causas adicionais da dinâmica econômica e laboral da década de 2000 (Baltar *et al.*, 2010; Berg, 2011; Cardoso Júnior, 2007). Ademais, quase todas essas mudanças também se fizeram presentes, de maneira simultânea, em outros países da América Latina, como Argentina, Venezuela, Bolívia etc. (Cacciamali, Bobik e Celli Júnior, 2012; Cacciamali e Cury, 2012; 2013).

2 MERCADO DE TRABALHO

Esta seção apresenta, de maneira estilizada, a evolução de diversos parâmetros do mercado de trabalho nas últimas décadas, com destaque para a de 2000. Estes parâmetros são importantes para a compreensão dos fluxos de rendimentos dos domicílios – fortemente determinados pelos rendimentos do trabalho, como já descrito.

Iniciando pela *oferta* de trabalho no mercado, verifica-se que a população brasileira, considerada como um conjunto, cresceu cada vez menos ao longo das décadas de 1990 e 2000. É certo que houve momentos de crescimento mais acelerado, como entre os anos de 1997 e 1998 (quando a variação de um ano para outro alcançou 2,06%), bem como entre os de 2009 e 2010 (1,25%). Entretanto, levando-se em conta as duas décadas, esse crescimento se mostrou mais vagaroso, ainda que tenha continuado positivo em todos os anos – mesmo entre 2011 e 2012, quando se restringiu a 0,81% (gráfico 2).

GRÁFICO 2
Taxa de variação da população (1991-2012)
(Em %)



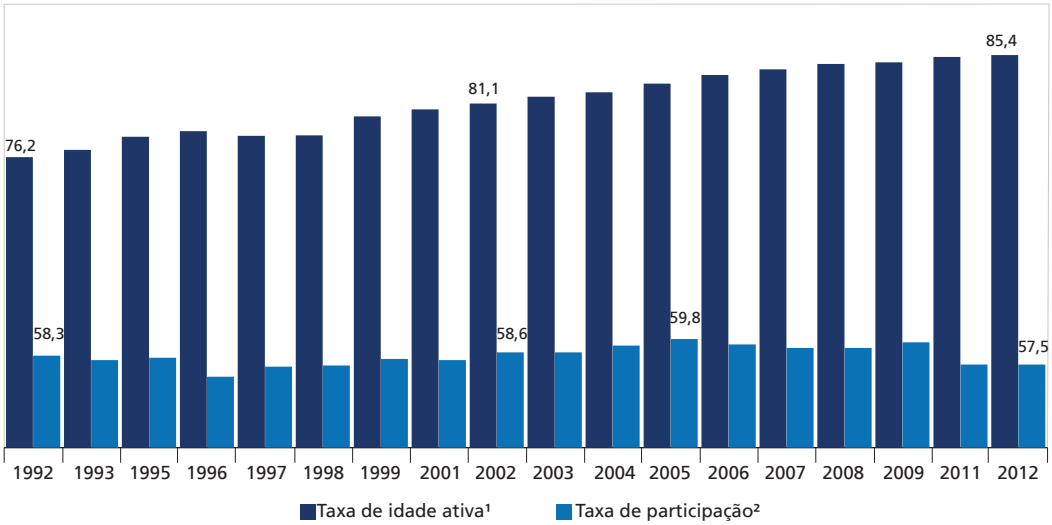
Fonte: Censos demográficos do IBGE.
Elaboração do autor a partir de IpeaData.
Obs.: Taxa de variação aritmética, população intercensitária e sua variação estimadas por interpolação.

Paralelamente, a população brasileira envelheceu entre as décadas de 1990 e 2000. A proporção que se encontrava em idade ativa (dez anos ou mais) aumentou de maneira quase constante, passando de 76,2% para 81,1% entre 1992 e 2002 e para 85,4%

em 2012 (gráfico 3). Parte da literatura afirma que isso resultou em uma espécie de bônus demográfico, com maior oferta de trabalho para a dinamização da economia (Berg, 2011). Se isso realmente confere, esse bônus parece ter sido mais bem aproveitado na década de 2000, quando o PIB apresentou crescimento mais ampliado.

De toda forma, mesmo para os anos 2000, é necessário ponderar essa afirmação. Afinal de contas, a participação da população em idade ativa (PIA) no mercado laboral aumentou, entre 1992 e 2005, de 58,3% para 59,8%. Contudo, daí até 2012, diminuiu para 57,5% (gráfico 3). Mesmo com todo o dinamismo do mercado, bastante claro depois de 2005, a parcela da PIA atraída pelos rendimentos do trabalho não aumentou – pelo contrário, reduziu-se ligeiramente.[7]

GRÁFICO 3
Proporção da PIA e proporção da PIA participando do mercado de trabalho (1992-2012)
(Em %)

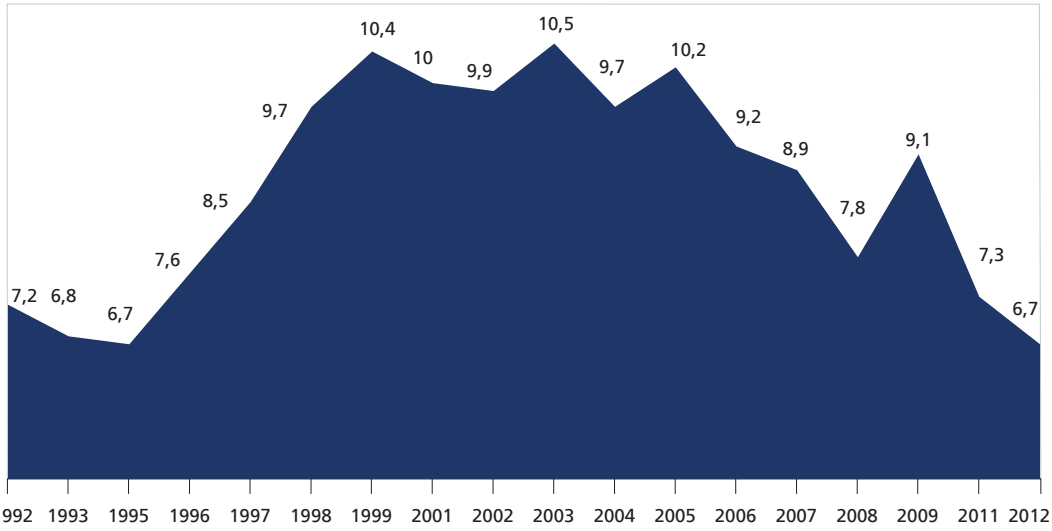


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)/IBGE e Ulyssea e Barbosa (2013).
Elaboração do autor.
Notas: ¹ Taxa de idade ativa = proporção da PIA = PIA (10 anos ou mais) sobre população total.
² Taxa de participação = proporção da PIA participando do mercado = população economicamente ativa (PEA) sobre PIA (10 anos ou mais).

7. Como será visto adiante, a menor participação laboral da população, após 2005, tornou-se possível, em larga medida, pela elevação dos rendimentos derivados do trabalho e da política social. Além disso, essa menor participação foi mais destacada entre os jovens (até 25 anos de idade), estudando ou não, bem como entre os idosos (64 anos ou mais) (Ulyssea e Barbosa, 2013).

Analisando a *demanda* por trabalho, por meio de *proxies*, constata-se que a taxa de desocupação experimentou movimentos distintos ao longo das décadas de 1990 e 2000.[8] Até 1999, ela aumentou bastante, alcançando cerca de 10,0% da PEA. Entre 2000 e 2005, oscilou em torno deste patamar. Depois disso, diminuiu de modo acentuado (com a exceção de 2009 – ano de manifestação dos principais efeitos da crise mundial no país), chegando a 6,7% em 2012 (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Taxa de desocupação[1] (1992-2012)
(Em %)



Fonte: Pnad/IBGE e Ulyssea e Barbosa (2013).
Elaboração do autor.
Nota: [1] Taxa de desocupação = população desocupada sobre PEA.

É possível que essa dinâmica da desocupação pós-2005 tenha se devido a vários fatores. De um lado, ela pode ter sido resultado do crescimento ampliado do PIB, no bojo da acumulação esboçada na década de 2000.[9] De outro, pode ter sido efeito do decrescimento da participação laboral da população, tal como observado antes.

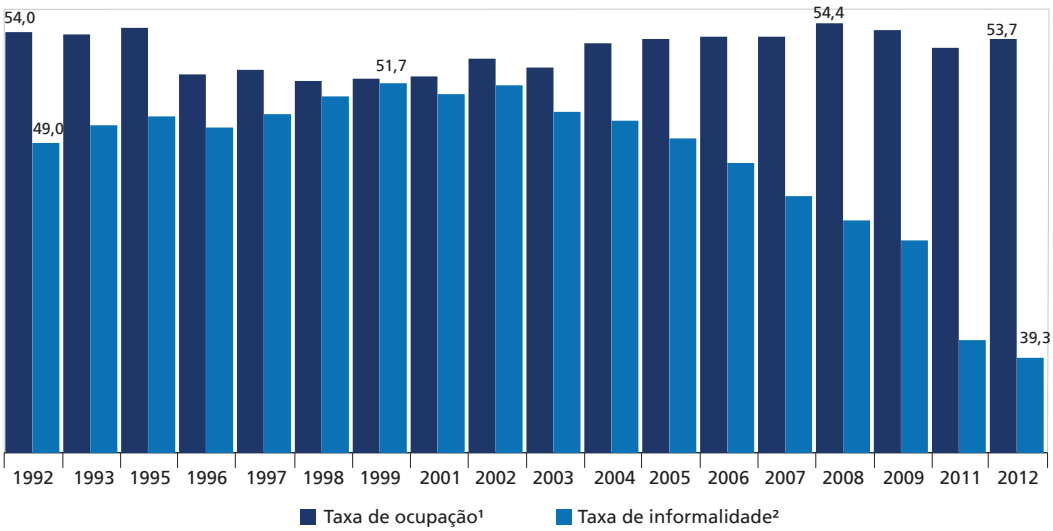
8. Trata-se da taxa de desocupação aberta, tal como mensurada pela Pnad/IBGE.

9. Note-se que a diminuição da desocupação parece ser não apenas resultado mas também causa do crescimento do PIB no período, pois este pôde contar com a possibilidade de incorporação de trabalho disponível.

A taxa de ocupação também presenciou movimentos diferentes durante as décadas de 1990 e 2000. *Grosso modo*, ela caiu bastante até 1998. Entre 1999 e 2001, permaneceu nivelada em 52,0% da PIA. Já entre 2002 e 2008, ela subiu para 54,4%. Posteriormente, caiu um pouco, atingindo 53,7% em 2012 (gráfico 5).

É provável que essa dinâmica da ocupação entre 2002 e 2008 tenha sido resultado da demanda expandida por trabalho, catalisada pelo crescimento do PIB no período, na esteira da acumulação que então ganhava traços mais claros.

GRÁFICO 5
Taxa de ocupação e de informalidade da ocupação (1992-2012)
(Em %)



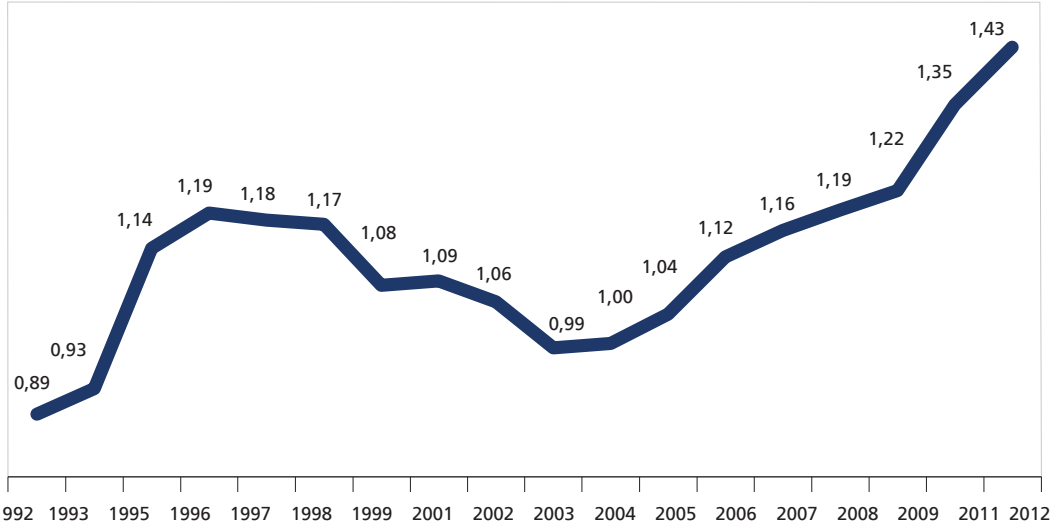
Fonte: Pnad/IBGE e Ulyssea e Barbosa (2013).
Elaboração do autor.
Notas: [1] Taxa de ocupação = população ocupada sobre PIA (10 anos ou mais).
[2] Taxa de informalidade da ocupação = conjunto de trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência + assalariados sem carteira assinada sobre o conjunto de trabalhadores por conta própria + assalariados com e sem carteira assinada + assalariados estatutários civis e militares.

Ainda a respeito da ocupação, até o ano de 1999, ela tendeu a se "informalizar", com o peso crescente, no conjunto dos trabalhadores, dos conta própria sem previdência social e dos assalariados sem carteira assinada. Entre 2000 e 2002, o fenômeno se manteve no patamar de quase 52,0% da força laboral. Entretanto, a partir de 2003, a ocupação tendeu a se formalizar de novo, com o peso decrescente dos conta própria sem previdência e dos assalariados sem carteira – que alcançou "apenas" 39,3% em 2012 (gráfico 5).

Acompanhada da taxa de desocupação, a taxa de informalidade talvez tenha sido o indicador que permitiu constatar mais claramente a dinâmica positiva do mercado laboral na década de 2000. Ao mostrar um mercado operando em favor dos trabalhadores, essa dinâmica desdobrou-se também em rendimentos crescentes para estes.

Em termos reais, os rendimentos dos trabalhadores passaram por movimentos distintos ao longo das décadas de 1990 e 2000, mas quase sempre acompanharam os movimentos do PIB.[10] Estes rendimentos aumentaram 33,7% entre 1992 e 1996 – de R$ 891,08 para R$ 1.187,89, em valores médios. Contudo, entre 1996 e 2003, diminuíram 16,8% – para apenas R$ 988,88. Só se recuperaram após 2003, quando aumentaram nada menos que 44,4%, atingindo R$ 1.432,59, em 2012 (gráfico 6).

GRÁFICO 6
Rendimento médio real do trabalho principal (1992-2012)
(Em R$ mil de out./2012)



Fonte: Pnad/IBGE e Ulyssea e Barbosa (2013).
Elaboração do autor.
Obs.: Atualização pelo IPCA/IBGE.

Este foi outro indicador que, acompanhado das taxas de desocupação e de informalidade, permitiu constatar a dinâmica positiva do mercado laboral na década de 2000. Dinâmica que fez com que os rendimentos do trabalho alavancassem fortemente os rendimentos dos

10. E, importante dizer, também os movimentos dos índices de inflação.

domicílios.[11] A seguir, será analisada a evolução de outro tipo de alavancagem destes últimos: os rendimentos derivados da política social, com destaque para as transferências previdenciárias e assistenciais.

3 POLÍTICA SOCIAL

Esta seção apresenta, de forma estilizada, a contribuição da política social para os rendimentos dos domicílios. A fim de apreender essa contribuição, é preciso realizar alguns recortes analíticos. A literatura sobre esses recortes é extensa e variada, de modo que se recorre somente a uma fração dela neste texto – mas uma fração que ajuda a entender a importância dessa política para a renda e o bem-estar dos domicílios nas décadas de 1990 e 2000 (Ipea, 2007a; 2007b; 2009a; 2009b).

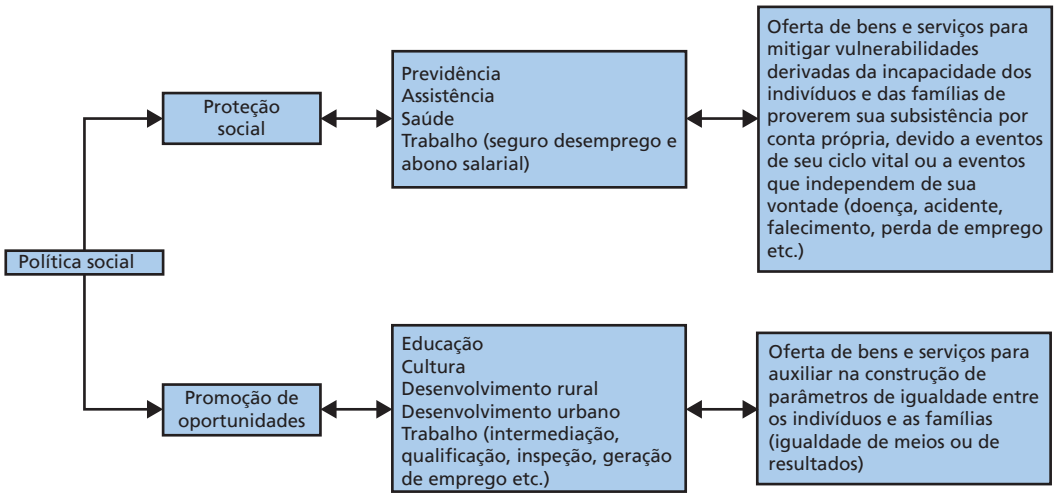
Assume-se que a política social integra a regulação do trabalho, constituída desde pelo menos a década de 1920 no Brasil. Trata-se de uma espécie de regulação "indireta" do trabalho, instituidora de direitos sociais (provedores de recursos e serviços – de previdência, educação, saúde etc.). Em certa medida, esses direitos sociais possibilitam que os trabalhadores subsistam, mesmo sem recorrer ao mercado – seja o de trabalho, seja o de produtos e serviços.

De acordo com os recortes adotados pela literatura aqui considerada, que foca o período posterior à Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a política social brasileira pode ser classificada de diversas formas.

Em primeiro lugar, quanto ao seu objetivo, que pode ser a *proteção* dos trabalhadores, quando estes se veem diante da impossibilidade de auferir sua subsistência por meio do trabalho, por conta de eventos relacionados ao ciclo vital ou de eventos que independem de sua vontade. Em paralelo, esse objetivo também pode ser a *promoção de oportunidades* para os trabalhadores, quando há iniciativas para auxiliar na construção de parâmetros de igualdade entre eles, igualdade de meios e de resultados, entre grupos de classes, gêneros, idades etc. (figura 1).

11. Sublinhe-se novamente que, na década de 2000, os rendimentos dos domicílios foram decisivos para fomentar a acumulação baseada no consumo das famílias, o que, por sua vez, de modo circular e recíproco, contribuiu para fomentar os próprios rendimentos do trabalho.

FIGURA 1
Classificação da política social no Brasil – proteção *versus* promoção de oportunidades

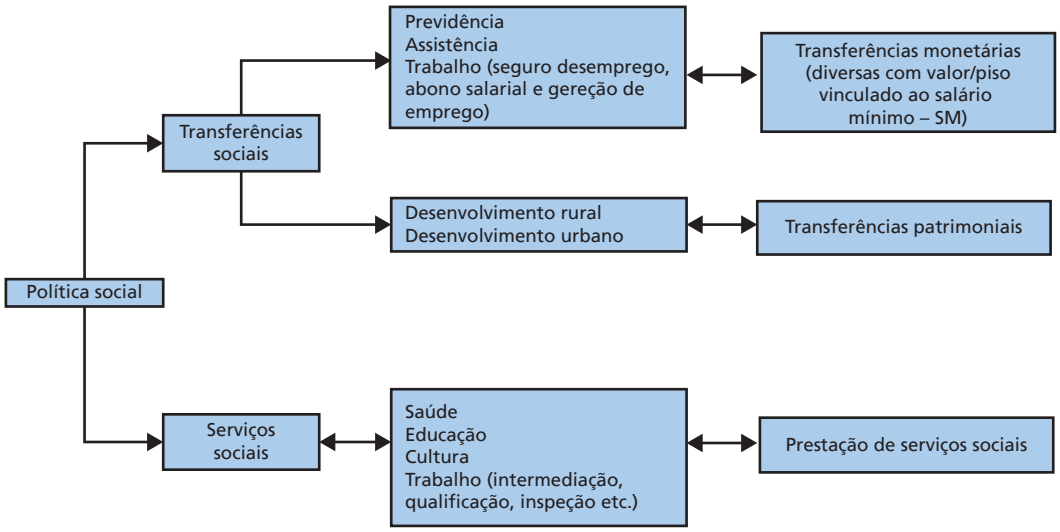


Fonte: Castro *et al.* (2012) e Ipea (2007a; 2007b; 2009a; 2009b).
Elaboração do autor.

Em segundo lugar, em relação aos recursos disponibilizados, a política social pode ser diferenciada pelas *transferências monetárias*, geralmente vinculadas a um valor padrão, como as existentes nas áreas previdenciária, trabalhista e assistencial; pelas *transferências patrimoniais*, de bens como glebas e moradias, nas áreas de desenvolvimento rural e urbano; e pela *prestação de serviços*, como os existentes nas áreas de saúde, educação e cultura, por exemplo (figura 2).

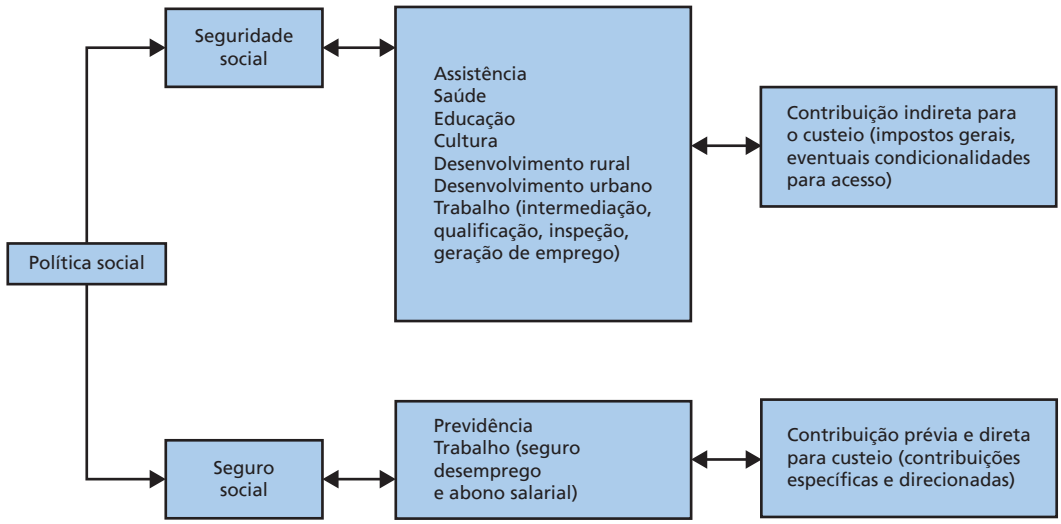
Em terceiro lugar, quanto aos mecanismos de custeio e de acesso, a política social pode ser denominada como *seguro social* – quando há contribuição prévia e direta exigida para acessar os benefícios, como nas áreas previdenciária e trabalhista – ou como *seguridade social* – quando há apenas contribuição indireta, por meio de impostos gerais, para a manutenção da política (que pode, por vezes, exigir determinadas condicionalidades para acessar seus benefícios, como nas áreas de assistência e saúde), conforme apresentado na figura 3.

FIGURA 2
Classificação da política social no Brasil – transferências *versus* serviços



Fonte: Castro *et al.* (2012) e Ipea (2007a; 2007b; 2009a; 2009b).
Elaboração do autor.

FIGURA 3
Classificação da política social no Brasil – seguro *versus* seguridade



Fonte: Castro *et al.* (2012) e Ipea (2007a; 2007b; 2009a; 2009b).
Elaboração do autor.

Levando em conta essas classificações, este estudo analisa as seguintes áreas de política: *previdência* (regime geral e regimes próprios); *trabalho* (seguro desemprego e abono salarial); *assistência* (transferências condicionadas de rendimentos), *saúde* (serviços de atenção em diversos níveis); *educação e cultura* (serviços em diversos níveis); *desenvolvimento rural* (transferências patrimoniais – terras e implementos rurais); e *desenvolvimento urbano* (transferências patrimoniais – moradias e acessórios para a vida urbana).

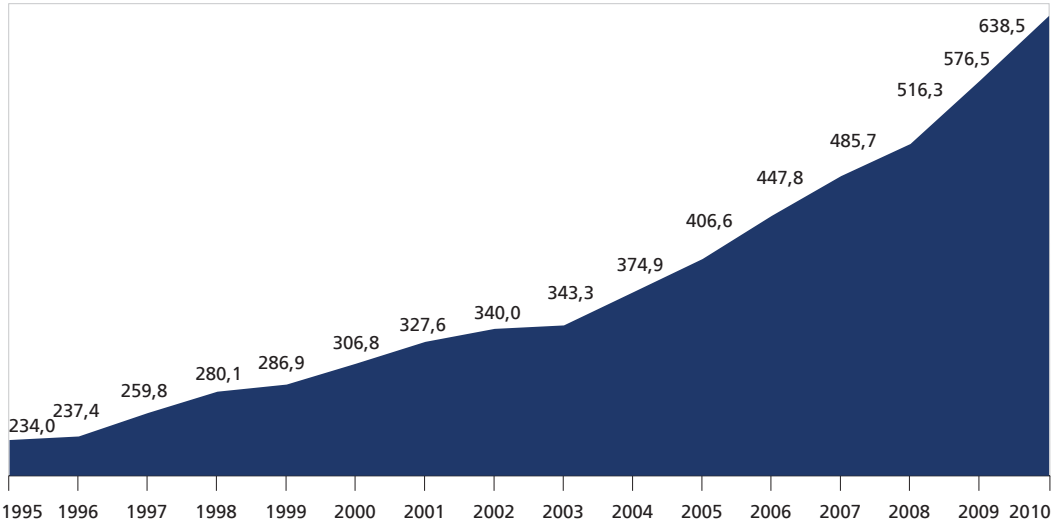
Implantadas sob a coordenação do governo federal, essas áreas correspondem às principais iniciativas de política social no Brasil, desde ao menos a CF/1988 (Ipea, 2009a; 2009b). É essencialmente sobre elas que este texto se debruça a seguir.

Ainda que só com valores disponíveis a partir de 1995, pode-se afirmar que, em termos absolutos, o nível do gasto social federal cresceu em todos os anos até 2010. Todavia, isso foi mais marcante na década de 2000 (gráfico 7). Entre 1995 e 2003, o gasto passou de R$ 234,0 para R$ 343,3 bilhões em valores reais, um avanço de 46,7% em oito anos (gráfico 8). Já entre 2003 e 2010, o gasto passou de R$ 343,3 para R$ 638,5 bilhões em valores reais (um avanço de 86,0% em sete anos). Tomando os limites de todo o período estudado, pode-se dizer que o gasto, como um conjunto, ampliou-se em nada menos que 172,9% entre 1995 e 2010.

Isso foi reflexo, em alguma medida, da implementação/ampliação de diversos programas que, de acordo com a CF/1988, deveriam integrar a política social. Ao longo da década de 1990, a implantação/extensão se fez sentir, por exemplo, por meio de novos programas, em áreas como a previdência (aposentadorias e pensões rurais) e a assistência (transferências condicionadas de rendimentos). Já durante a década de 2000, a implementação/ampliação se acelerou, por um lado, devido a novos programas, em áreas como a assistência e o desenvolvimento urbano; e, por outro, devido à valorização do SM (iniciada em 1995 e acelerada após 2003).[12]

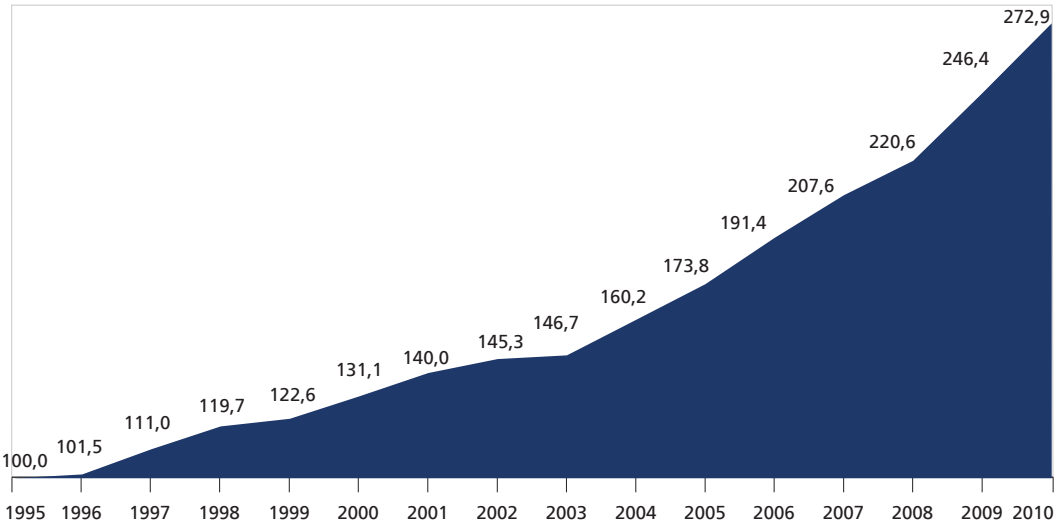
12. Segundo Baltar, Dedecca e Krein (2005), Dieese (2010) e Marinakis e Velasco (2006), ao menos desde a CF/1988, o SM é uma referência básica, tanto para o funcionamento do mercado laboral – como a menor remuneração dos trabalhadores assalariados, que serve de baliza para a remuneração dos demais trabalhadores – quanto para o funcionamento de parte importante da política social – a previdenciária (valor de referência da aposentadoria, da pensão e dos auxílios), a trabalhista (valor de referência do seguro desemprego e do abono salarial) e a assistencial (valor de referência do benefício de prestação continuada).

GRÁFICO 7
Gasto social federal (1995-2010)
(Em R$ bilhões de dez./2011)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira/Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Siafi/Sidor) e Castro *et al.* (2012).
Elaboração do autor.
Obs.: Atualização pelo IPCA/IBGE.

GRÁFICO 8
Gasto social federal (1995-2010)
(1995 = 100,0)

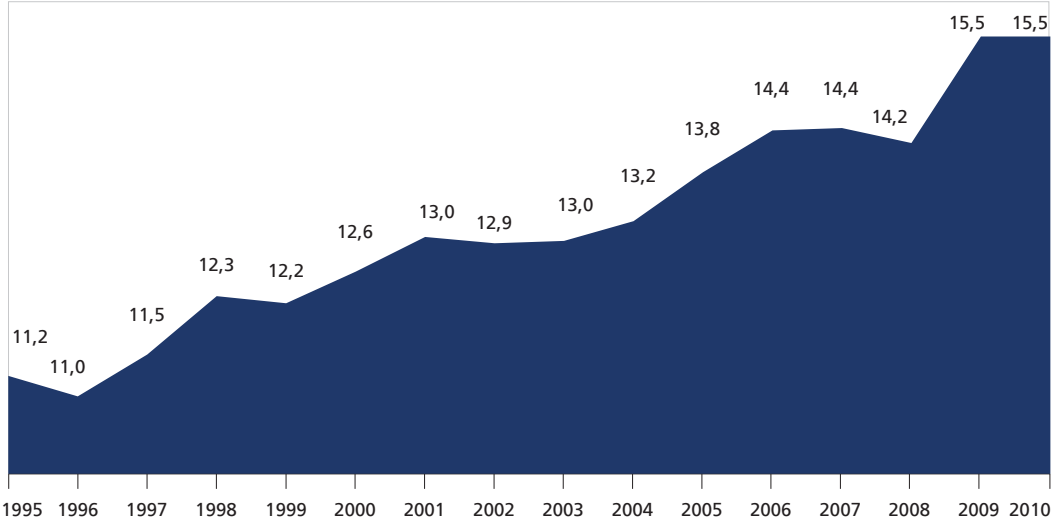


Fonte: Siafi/Sidor e Castro *et al.* (2012).
Elaboração do autor.

É possível realizar outro tipo de análise do nível do gasto social federal, comparando sua evolução com a do PIB em cada momento das décadas de 1990 e 2000. Isso ajuda na compreensão da importância do gasto, quando comparado com o montante de recursos disponíveis na economia brasileira – montante corporificado no PIB.

Em termos relativos, o gasto aumentou em quase todos os anos entre 1995 e 2010. Contudo, como se pode ver no gráfico 9, esse aumento foi mais destacado após 2003.[13] No intervalo entre 1995 e 2003, o gasto foi de 11,2% para 13,0% do PIB, uma expansão de 1,7 ponto percentual (p.p.) em oito anos. Já no intervalo entre 2003 e 2010, o gasto foi de 13,0% para 15,5% do PIB, uma expansão de 2,6 p.p. em sete anos. Levando em conta os limites desses intervalos, pode-se verificar que o gasto, como um todo, cresceu 4,3 p.p. do PIB entre 1995 e 2010.

GRÁFICO 9
Participação do gasto social federal no PIB (1995-2010)
(Em %)



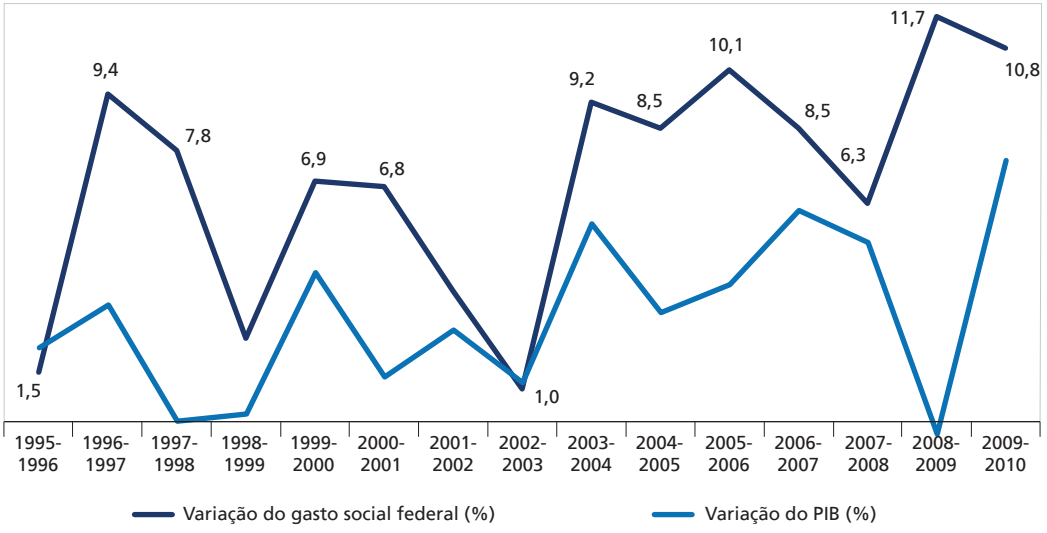
Fonte: Siafi/Sidor e Castro *et al.* (2012).
Elaboração do autor.

Em outros termos, na esteira da CF/1988, o gasto social federal ganhou relevância – que pode ser observada quando contrastado com os recursos disponíveis no país, traduzidos

13. É importante recordar que, após 2003 e até 2010, o PIB brasileiro cresceu em uma velocidade superior à registrada em anos anteriores.

como o PIB. A implantação/ampliação de vários programas, tal como determinado pela Constituição, bem como a valorização de suas referências, como o SM, fizeram com que o gasto aumentasse mais que o PIB em quase todos os anos entre 1995 e 2010. As únicas exceções foram os anos de 1995-1996 e 2002-2003 (gráfico 10).

GRÁFICO 10
Variação anual real do gasto social federal e do PIB (1995-2010)
(Em %)



Fonte: Siafi/Sidor, IpeaData e Castro *et al.* (2012).
Elaboração do autor.

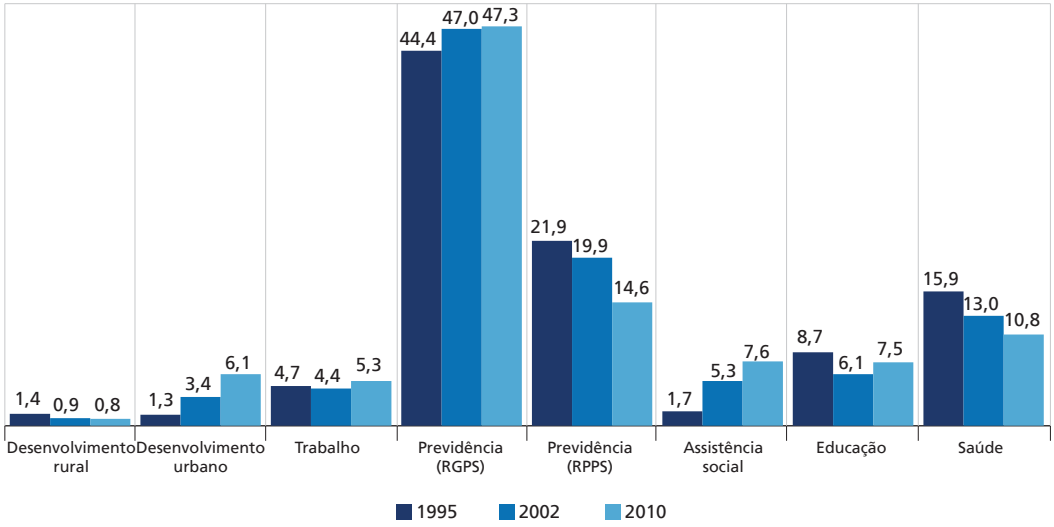
Essa relevância do gasto social federal tornou-se ainda mais clara no período após 2003. Vale dizer que isso não constituiu algo "contraditório", de modo algum. Afinal, como já exposto, o gasto enfatizou um aspecto da acumulação que começou a se delinear nesse período: a ênfase no mercado interno, no consumo das famílias. Em outras palavras, nesse período, a dinâmica do gasto social não esteve em "contradição" com a da economia brasileira.

Além do nível do gasto social federal, é possível efetuar uma análise de seu perfil. Em certa medida, por meio desse perfil, pode-se visualizar as "preferências" de gasto dos distintos governos que se sucederam nas décadas de 1990 e 2000.

O gráfico 11 traz a participação relativa das diversas áreas da política social no gasto, no decorrer das décadas estudadas. As áreas consideradas são: previdência (regime

geral e regimes próprios), assistência, trabalho, saúde, educação, desenvolvimento rural e desenvolvimento urbano.

GRÁFICO 11
Distribuição do gasto social federal, por áreas
(Em % do total do gasto)



Fonte: Siafi/Sidor e Castro *et al.* (2012).
Elaboração do autor.

Considerando as duas décadas,[14] é possível notar que, por um lado, a participação cresceu nas políticas de transferências de rendimentos, contributivas e não contributivas (previdência/regime geral, trabalho e assistência), bem como nas políticas de transferências patrimoniais da área urbana (que disponibilizam moradias e acessórios). Por outro, a participação decresceu nas políticas de prestação de serviços (educação e saúde), assim como nas políticas de transferências patrimoniais da área rural (que ofertam terras e implementos rurais). Percebe-se que a participação decresceu fortemente também nas políticas de previdência/regimes próprios dos servidores públicos.

Um aspecto a ser destacado nesse estudo do perfil do gasto é que, nas duas décadas analisadas, o gasto social federal se manteve bastante concentrado em previdência, sendo

14. Comparando as décadas de 1990 e 2000, o perfil do gasto social federal só apresentou tendências distintas, em cada uma, no caso das áreas de trabalho e educação. Entretanto, como pode ser visto no gráfico 11, isso não chegou a modificar as tendências gerais, mesmo nessas duas áreas – tendências de aumento do gasto em trabalho e de diminuição do gasto em educação.

que essa concentração aumentou ainda mais no caso do regime geral, ainda que tenha diminuído no caso dos regimes próprios.

Seja como for, na década de 1990 e particularmente na de 2000, a política social alavancou os rendimentos dos domicílios. O crescimento do gasto (especialmente daquele com transferências, como as previdenciárias e as assistenciais) puxou para cima os rendimentos domiciliares, fato que este texto examina a seguir.

4 POBREZA E DESIGUALDADE

Esta seção apresenta, de maneira estilizada, a evolução da pobreza (e da sua forma mais extrema, a miséria) nas últimas décadas, destacando a de 2000. Em alguma medida, a ideia é ilustrar a evolução do bem-estar – ou da ausência de bem-estar – da população brasileira nesse período.

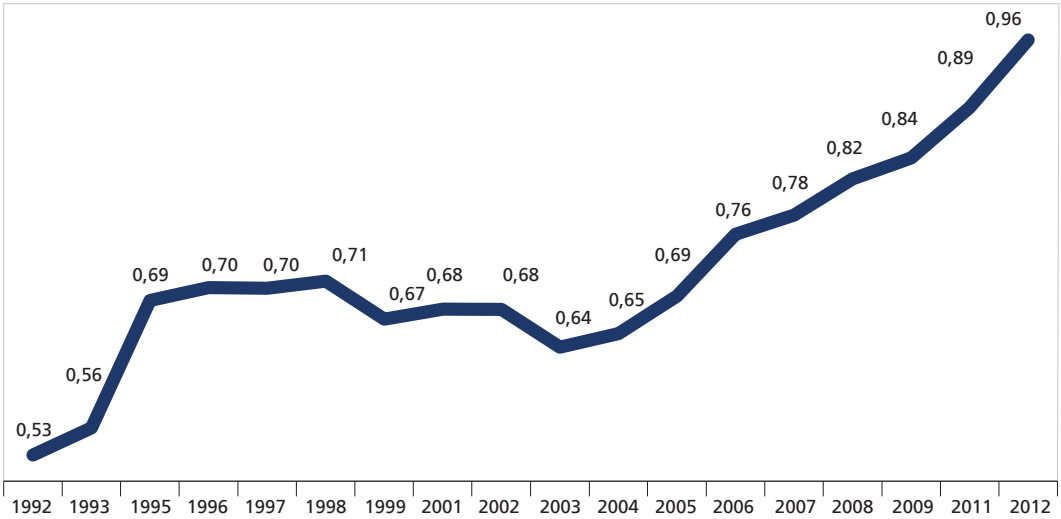
Como já exposto, a fim de evitar a situação de pobreza, a população depende principalmente do acesso a rendimentos que permitam a aquisição privada de bens e serviços – ainda que, complementarmente, estes últimos possam ser distribuídos pelo Estado, de forma pública e gratuita.

Na década de 2000, esses rendimentos advieram, em sua maior parte, da inserção da população no mercado de trabalho, que presenciou uma dinâmica positiva – com desocupação em baixa, ocupação em alta etc. De maneira secundária, esses rendimentos vieram também da política social – em meio à qual se destacaram as transferências previdenciárias e assistenciais, com dinâmica de gasto crescente.

Como resultado do mercado laboral e da política social, o nível dos rendimentos aumentou no país, como pode ser visto no gráfico 12. Em termos reais, a renda domiciliar *per capita* média avançou, entre 1992 e 1995, de R$ 527,51 para R$ 689,31 (ou seja, 30,7%). Entre 1995 e 1998, avançou de forma apenas modesta, de R$ 689,31 para R$ 709,38 (2,9%). Já entre 1998 e 2003, a renda retrocedeu de R$ 709,38 para R$ 640,41 (9,7%). Todavia, após 2003, avançou de modo quase constante, alcançando R$ 962,10 em 2012 (50,2%).[15]

15. Mencione-se que, juntamente com o crédito, a renda foi um elemento-chave do consumo dos domicílios – que, por sua vez, foi um importante componente do avanço do PIB na década de 2000, como já exposto.

GRÁFICO 12
Renda domiciliar *per capita* média (1992-2012)
(Em R$ mil de out./2012)



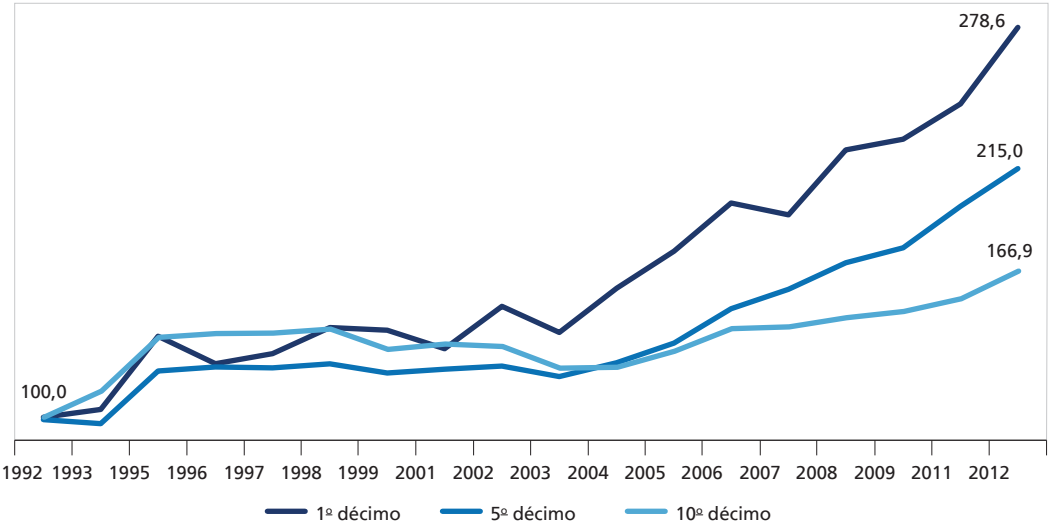
Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.
Obs.: Atualização pelo IPCA/IBGE.

Decompondo o nível de rendimentos dos domicílios, o gráfico 13 mostra que, de 1992 a 2001, a renda domiciliar *per capita* média dos 10% menos afluentes, dos 10% intermediários e dos 10% mais afluentes seguiu, de forma conjunta, o mesmo caminho anteriormente descrito. Contudo, a partir de 2002, a renda dos 10% menos afluentes se destacou, avançando mais que a dos outros décimos – ainda que estes também tenham apresentado evolução positiva em sua renda, principalmente os 10% intermediários.

Em outros termos, na década de 2000, o nível aumentou mais na base da estrutura de rendimentos domiciliares, evidenciando que as dinâmicas do mercado laboral e da política social, tal como já descritas, beneficiaram mais aqueles que se encontravam inseridos na pobreza ou mesmo na miséria (ou, se não inseridos, ao menos mais próximos de ambas as condições). Entretanto, antes de tratar da pobreza ou da miséria, propriamente, algumas palavras são necessárias não sobre o nível, mas sobre a desigualdade de rendimentos.

O Brasil é bastante conhecido por sua histórica desigualdade de rendimentos, que se manifesta, entre outras formas, por meio de iníqua distribuição de renda domiciliar. Todavia, as décadas de 1990 e 2000 contaram uma história um pouco distinta, pois a desigualdade recuou – de modo gradual na primeira década e de maneira mais incisiva na segunda.

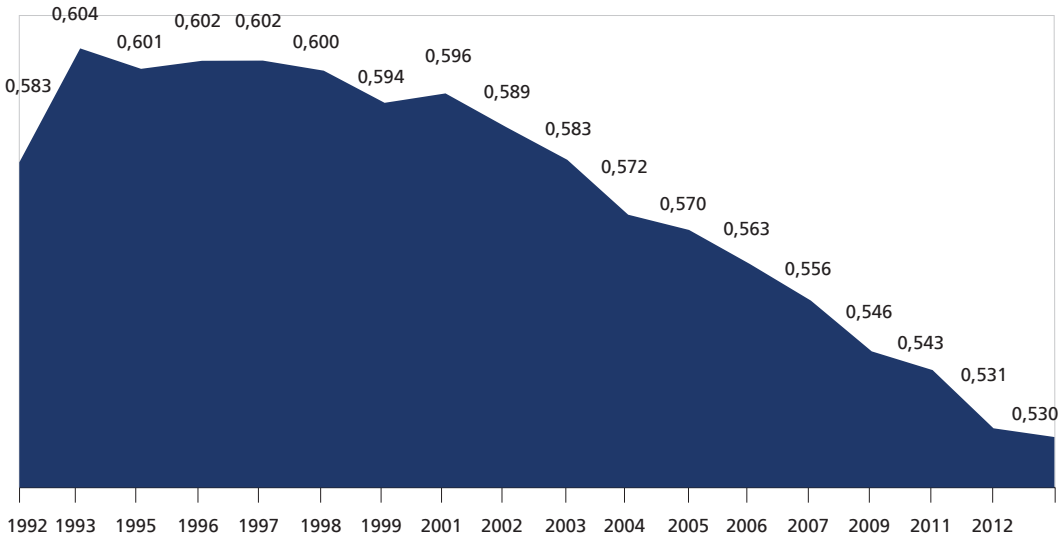
GRÁFICO 13
Renda domiciliar *per capita* média, por décimos de renda (1992-2012)
(1992 = 100,0)



Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.

O gráfico 14 traz a evolução do coeficiente de Gini, calculado com base na distribuição dos indivíduos segundo seus rendimentos domiciliares *per capita*. Depois de atingir seu nível máximo em 1993 (0,604), o coeficiente declinou gradualmente até 2001 (quando chegou a 0,596). De 2002 em diante, o coeficiente baixou incisivamente, ano após ano, até alcançar o valor de 0,530 em 2012. Em extensa medida, essa evolução do Gini foi resultado do avanço mais forte dos rendimentos nos domicílios menos afluentes, verificado de modo mais claro na década de 2000.

GRÁFICO 14
Renda domiciliar *per capita* – coeficiente de Gini[1] (1992-2012)



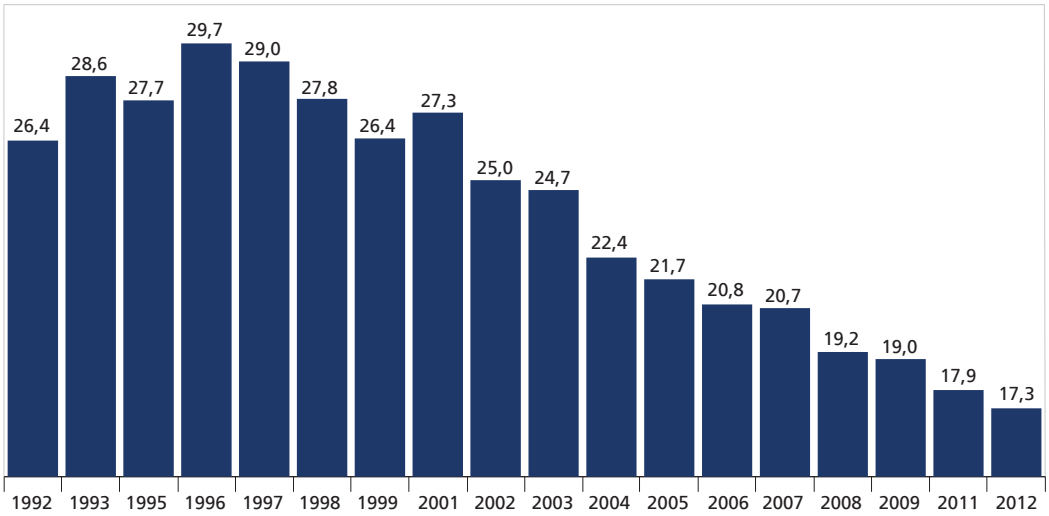
Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.
Nota: [1]O coeficiente de Gini é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, variando entre zero (situação de igualdade absoluta) e 1 (situação de desigualdade absoluta).

O gráfico 15 apenas complementa as informações do coeficiente de Gini ao trazer a razão entre a renda *per capita* dos indivíduos residentes nos domicílios situados entre os 20% mais afluentes e a dos 20% menos. Ainda que alguns pontos de inflexão tenham se alterado, a dinâmica permaneceu essencialmente a mesma. A razão subiu a seu ponto máximo em 1996, quando a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos nos 20% mais afluentes correspondeu a 29,7 vezes a renda dos 20% menos. A partir de 1997, a razão caiu em quase todos os anos, chegando a 17,3 vezes em 2012.[16]

Em suma, a distribuição dos rendimentos domiciliares se tornou menos iníqua ao longo das décadas de 1990 e 2000 – e de forma mais evidente nesta última. Em larga extensão, isso ocorreu por conta do dinamismo dos rendimentos derivados do mercado laboral, bem como dos advindos da política social. Esse dinamismo beneficiou, especialmente, os indivíduos que se encontravam na pobreza ou mesmo na miséria (ou próximos de ambas as situações).

16. Detalhes da discussão sobre aspectos conceituais/metodológicos do coeficiente de Gini e da razão 20% contra 20% podem ser encontrados em Barros, Foguel e Ulyssea (2006), Barros *et al.* (2007) e Medeiros (2012).

GRÁFICO 15
Renda domiciliar *per capita* média: razão entre a renda dos 20% mais ricos e a renda dos 20% mais pobres[1] (1992-2012)
(Em vezes)



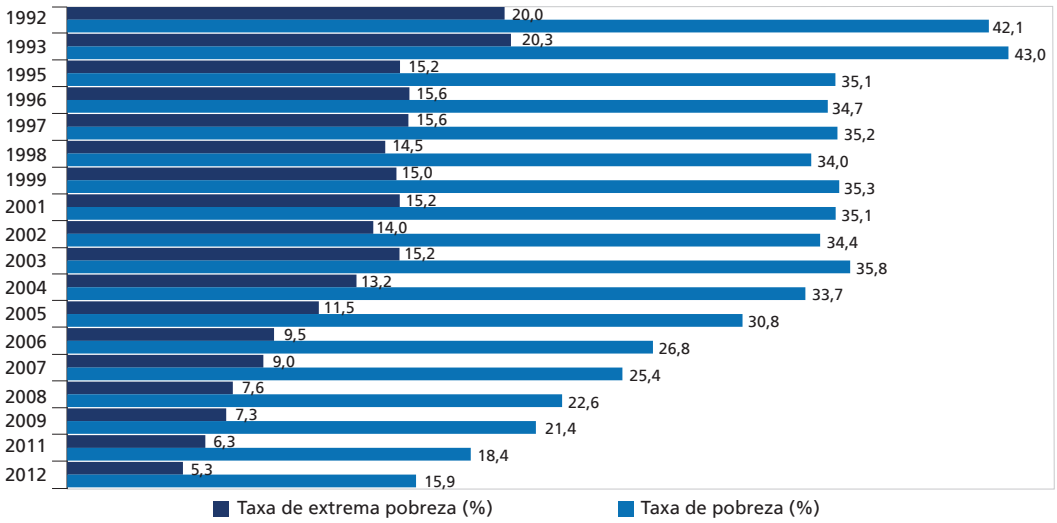
Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.
Nota: [1]Essa razão de renda é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais pobres da mesma distribuição.

Além de ser conhecido pela desigualdade de rendimentos, o Brasil também é historicamente conhecido pela pobreza de parcela expressiva de sua população. Contudo, novamente, essa história se alterou ao longo das décadas de 1990 e 2000 – principalmente nesta última.

Afinal, a pobreza – entendida como insuficiência de rendimentos para a aquisição de bens e serviços cotidianos – se reduziu bastante nesse período, como pode ser observado no gráfico 16, que disponibiliza as taxas de pobreza e de miséria (extrema pobreza).[17]

17. Detalhes da discussão acerca de aspectos conceituais/metodológicos da taxa de pobreza ou de miséria podem ser encontrados em Barros, Foguel e Ulyssea (2006), Medeiros (2012), Osório *et al.* (2011) e no próprio sítio do IpeaData (<http://ipeadata.ipea.gov.br>).

GRÁFICO 16
Taxa de miséria (extrema pobreza) e de pobreza (1992-2012)
(Em %)



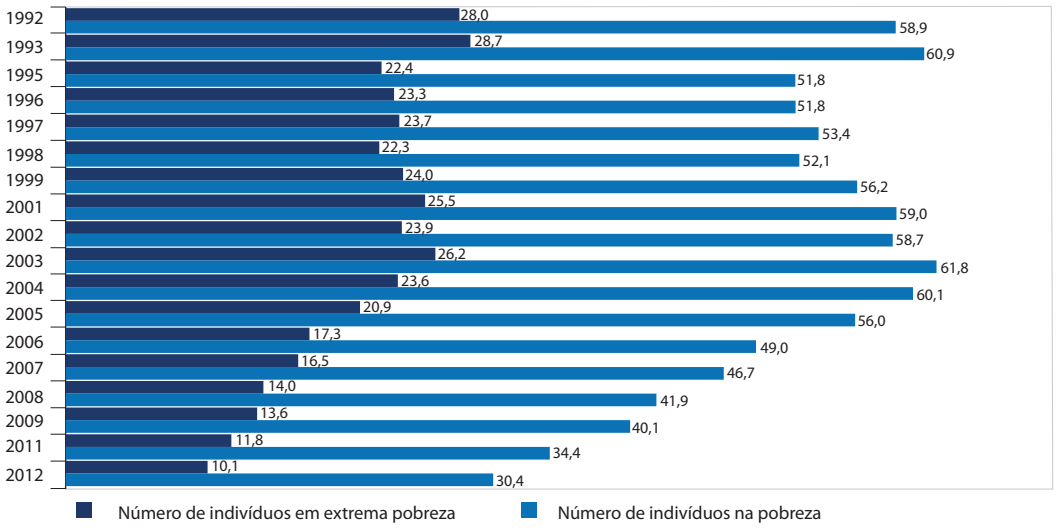
Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.
Obs.: A linha de pobreza considerada é o dobro da linha de extrema pobreza – que, por sua vez, é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos, com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente um indivíduo, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), sendo estimados diferentes valores para as 24 regiões do país.

Entre 1992 e 1993, a taxa de pobreza (fração da população com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza) aumentou de 42,1% para 43,0%. Entre 1993 e 1995, diminuiu de 43,0% para 35,1%. Entre 1995 e 2003, manteve-se no entorno dos 35,0%. Por fim, entre 2003 e 2012, diminuiu ano após ano, chegando a "apenas" 15,9% da população.[18]

O gráfico 17 apresenta informações semelhantes, mas, em vez de o fazer sob a forma de taxas relativas, o faz sob a forma de números absolutos de indivíduos em situação de pobreza e miséria.

18. Como pode ser visto no gráfico16, com o hiato esperado, a taxa de miséria acompanhou o mesmo movimento da taxa de pobreza no período analisado.

GRÁFICO 17
Número de indivíduos em situação de miséria (extrema pobreza) e de pobreza (1992-2012)
(Em milhões)



Fonte: Pnad/IBGE e IpeaData.
Elaboração do autor.

Entre 1992 e 1993, o número de indivíduos considerados "pobres" (com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza) aumentou de 58,9 para 60,9 milhões. Entre 1993 e 1995, diminuiu de 60,9 para 51,8 milhões. Entre 1995 e 2003, por conta da variação na dimensão da população, aumentou de 51,8 para 61,8 milhões – o maior número da série. Entre 2003 e 2012, no entanto, diminuiu em todos os anos, atingindo 30,4 milhões em 2012 – número ainda significativo, mas muito inferior a qualquer outro da série.[19]

Em resumo, para escapar da situação de pobreza, a população depende do acesso a rendimentos, para adquirir bens e serviços do cotidiano – ainda que estes também possam ser ofertados diretamente pelo Estado, de maneira gratuita.

Durante as décadas de 1990 e 2000, com destaque para esta última, cresceram bastante os rendimentos da população – e principalmente dos estratos menos afluentes desta. Pode-se dizer que o dinamismo do mercado laboral e, também, da política social foram os responsáveis por isso.

19. Como pode ser percebido no gráfico 17, com o lapso esperado, o número de indivíduos considerados "miseráveis" apresentou o mesmo comportamento do número de "pobres" no período analisado.

Com rendimentos crescentes, os estratos menos afluentes da população se afastaram da pobreza e da miséria, cujas taxas declinaram para quase um terço, no caso da primeira, e para quase um quarto, no caso da segunda, levando em conta o período inteiro, de 1992 a 2012.

Enfim, ao se considerar que a pobreza e a miséria são manifestações de ausência de bem-estar (ou seja, são expressões de seu "negativo"), pode-se então afirmar que a dinâmica do bem-estar da população brasileira avançou bastante nas últimas décadas, destacando-se especialmente a de 2000.

5 CONCLUSÕES

A década de 1990 e, particularmente, a de 2000 testemunharam um avanço bastante expressivo no bem–estar da população brasileira. Evidências nesse sentido podem ser encontradas, entre outros lugares, nos indicadores de pobreza e miséria. Ambos os fenômenos reduziram sua dimensão no país, de modo especialmente incisivo durante a década de 2000.

Os fatores por trás disso foram, em larga medida, os rendimentos gerados no âmbito do mercado de trabalho, em primeiro lugar, e na esfera da política social, em segundo. A dinâmica laboral se revelou positiva, com desocupação em baixa, ocupação em alta e assim por diante. Já a dinâmica do gasto social se mostrou crescente, destacando-se as transferências previdenciárias e assistenciais.

Com esses fatores atuando, os rendimentos que sustentam o bem-estar tenderam a avançar. A dúvida que surge, para o futuro (inclusive próximo), é se esses fatores continuarão a atuar no mesmo sentido e com a mesma intensidade no Brasil. Há diversos eventos que sugerem que a acumulação que se delineou na década de 2000 enfrenta um desgaste considerável.

Ainda que de forma tentativa, o debate recente traz distintas perspectivas sobre isso. Algumas delas apontam para a ausência de dinamismo do investimento – que, nas décadas de 1990 e 2000, oscilou entre 15,5% e 19,5% do PIB. Apenas como exemplo, no ano de 2013, em termos de nível, o investimento limitou-se ao mesmo

de 1995: 18,5% do PIB – em que pese o esforço do setor estatal, com gasto direto ou com financiamento ao setor privado. Esse fenômeno pode ser visto, por meio de outros números, no gráfico 18B.

Dada a falta de dinamismo do investimento, a produtividade dos fatores teve dificuldades para avançar.[20] Por consequência, também o PIB, que, desde 2011, passou a apresentar taxas de variação reduzidas – a média dessas taxas entre 2011 e 2012 se limitou a 1,88%, inferior à média entre 1992 a 2003 (gráfico 1). Além de reduzidas, essas taxas passaram a se fazer acompanhar de desequilíbrios, como inflação mais elevada e disseminada, desníveis mais acentuados nas contas externas etc.

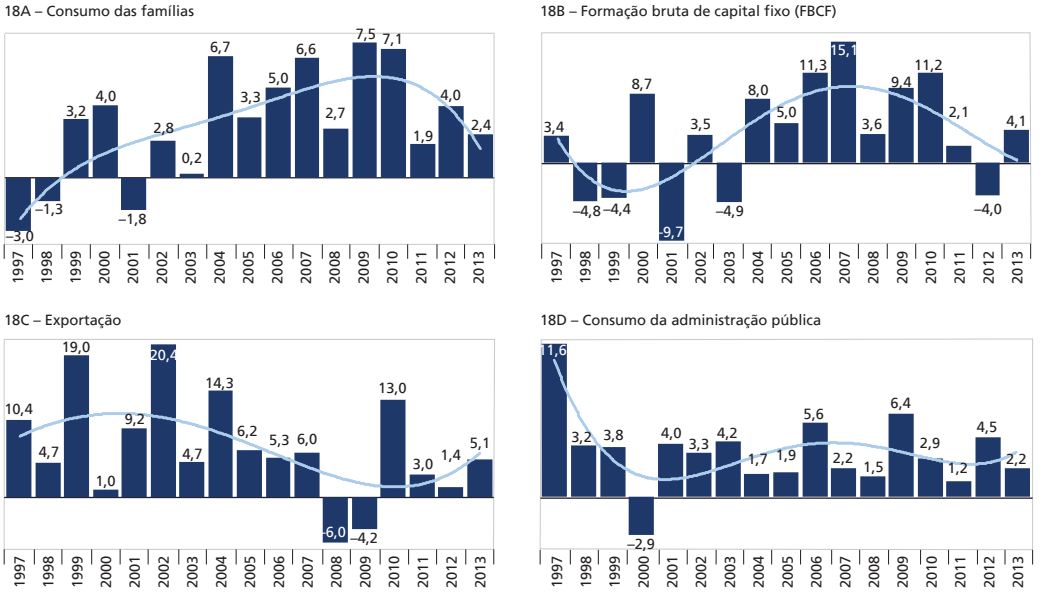
É verdade que, além do investimento, outros elementos poderiam continuar a dinamizar o PIB, como o fizeram na década de 2000. O problema é que, por um lado, as exportações viram sua força esvanecer após a crise de 2008, quando os mercados mundiais se desarranjaram. Mais recentemente, mesmo as exportações de bens primários para a Ásia passaram a sofrer com isso, dada a desaceleração da China. Em que pese a recuperação das exportações em 2013, sua variação encontra-se em níveis inferiores aos constatados no final da década de 1990 e início da de 2000, conforme mostra o gráfico 18C.

Por outro lado, a força do consumo das famílias também se dissipou, ainda que parcialmente, no período mais recente. Mesmo que os rendimentos tenham continuado a aumentar, como já examinado, o consumo passou a sofrer com dois fenômenos: a inflação – mais elevada e disseminada, inclusive pelos alimentos – e os juros – que voltaram a subir, após um período de baixa, sob o argumento do combate à inflação, o que afetou o crédito ao consumo (gráfico 18A).

Por fim, em meio a essa análise de outros elementos que poderiam continuar a dinamizar o PIB, mencione-se que o consumo do Estado (da administração pública), que teve oscilações bastante expressivas até 2009, passou a registrar desde então variações mais modestas em seu montante (gráfico 18D).

20. Ao menos em princípio, em um mercado laboral com menores taxas de participação e desocupação, como o verificado a partir de 2011, a possibilidade de incorporação de novos trabalhadores reduz sua contribuição potencial ao PIB. Por decorrência, em sentido contrário, a possibilidade de incremento da produtividade dos trabalhadores já existentes aumenta sua contribuição potencial.

GRÁFICO 18
Taxa de variação real dos componentes do PIB (1997-2013)
(Em %)



Fonte: Contas Nacionais/IBGE e Sidra/IBGE.
Elaboração do autor.
Obs.: Componentes do PIB considerados sob a ótica da demanda. Apenas componentes com possibilidade de contribuição positiva. Variação dessazonalizada, calculada entre os valores correspondentes ao último trimestre de cada ano (outubro, novembro e dezembro). Linhas de tendência: polinomiais de quarta ordem.

Ou seja, os elementos necessários para a dinamização do PIB (o consumo privado e público, o investimento público e privado e a exportação) deixaram de contribuir da maneira como contribuíam antes. Em decorrência, o crescimento do PIB diminuiu bastante, com variação média de apenas 1,88% em 2011 e 2012 – o que dá ensejo à dúvida: os fatores de bem-estar estudados neste texto continuarão a atuar no mesmo sentido e com a mesma intensidade no futuro?

Os rendimentos do trabalho, que correspondem ao primeiro desses fatores, podem ser afetados. Afinal, como regra, PIB menor significa dificuldades para o mercado laboral – menor ocupação, maior desocupação, maior informalidade e menor remuneração. Por sua vez, os valores transferidos pela política social, que equivalem ao segundo desses fatores, também podem ser influenciados. Isso porque, com PIB inferior, a arrecadação e a distribuição de renda pelo Estado também enfrentam dificuldades.

Em suma, há eventos sugerindo que a acumulação desenhada na década de 2000 enfrenta um desgaste sensível, que se desdobra em um crescimento aquém do esperado para o PIB. No futuro – próximo, inclusive –, este desgaste pode retirar força dos fatores que fomentaram o bem-estar da população brasileira. Seja como for, ao menos por enquanto, por mais que esteja amparada em evidências, a dúvida que permeia esse cenário está calcada em probabilidades, não em certezas.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. A. *et al.* **Trabalho no governo Lula**: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. Berlim: Global Labour University, 2010. Disponível em: <http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

BALTAR, P. E.; DEDECCA, C. S.; KREIN, J. D. (Ed.). **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2005.

BARBOSA, A. F. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In*: LEÃO, R.; PINTO, E.; ACIOLY, L. **A China na nova configuração global**: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In*: SADER, E.; GARCIA, M. A. **Brasil**: entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo, 2010.

BARROS, R. P. *et al.* **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil**: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade. Brasília: Ipea, 2004.

_____. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1745/1/TD_1258.pdf>. Acesso em: 29 maio 2014.

BARROS, R. P. de; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Ed.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006.

BERG, J. Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s. *In*: LEE, S.; MCCANN, D. (Ed.). **Regulating for decent work**: new directions in labour market regulation. London/Geneve: Palgrave-Macmillan/ILO, 2011.

BERG, J.; TOBIN, S. Income-led growth as a crisis response: lessons from Brazil. *In*: ILO. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Geneve: ILO, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; BOBIK, M.; CELLI JÚNIOR, U. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 91-110, ago. 2012.

CACCIAMALI, M. C.; CURY, E. L. **O crescimento do emprego formal com distribuição de renda na América latina persistirá?** São Paulo: FEA/USP, 2012. Mimeografado.

_____. Desenvolvimento, mercado de trabalho e distribuição de renda – diferenças entre o norte e o sul da América Latina entre 1990 e 2010. **Revista paranaense de desenvolvimento,** v. 34, n. 124, p. 55-72, jun. 2013.

CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: UNESP, 2000.

CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal**: a era Vargas acabou? Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: Ipea, 2007. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1310.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2014.

CASTRO, J. A. *et al*. **Gasto social federal**: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Brasília: Ipea, set. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/120904_notatecnicadisoc09.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

CRUZ, S. V. **Trajetórias**: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: UNESP, 2007.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Salário mínimo**: instrumento de combate à desigualdade. São Paulo: Dieese, 2010.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. **Projeto história**, n. 32, p. 55-77, jun. 2006.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Política social e desenvolvimento. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 13, p. 7-24, mar. 2007a.

_____. Seguridade social. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 13, p. 27-44, mar. 2007b.

_____. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, n. 17, p. 17-96, jun. 2009a.

_____. Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise, v. 1, n. 17, p. 17-40, jun. 2009b.

_____. **Brasil em desenvolvimento 2011**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2012.

MARINAKIS, A. Explaining Latin America's robust recovery from the crisis. *In*: ILO. **The global crisis**: causes, responses and challenges. Geneve: ILO, 2011.

MARINAKIS, A.; VELASCO, J. J. (Ed.). **Para qué sirve el salario mínimo?** Elementos para su determinación en los países del Cono Sur. Santiago: OIT, 2006.

MEDEIROS, C. A. A China como duplo polo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de economia política**, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul. 2006.

MEDEIROS, M. **Medidas de desigualdade e pobreza**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

OSÓRIO, R. G. *et al.* **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1647.pdf>. Acesso em: 29 maio 2014.

PINTO, E. C. América Latina na primeira década do século XXI: "efeito China" e crescimento com inclusão. *In*: OICHDPP. **Estudos e análises**: contexto econômico e social. Brasília: OICHDPP, 2013.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

TOLEDO, E. de la G. (Ed.). **Tratado latinoamericano de sociología del trabajo**. México (D.F.): El Colegio de México, 2000.

ULYSSEA, G.; BARBOSA, A. L. H. **Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD**. Brasília: Ipea, out. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, J. A. *et al.* **Quinze anos de gasto social federal**: notas sobre o período de 1995 a 2009. Brasília: Ipea, jul. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110708_comunicadoipea98.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

CHAVES, J. V. *et al.* **Gasto social federal**: uma análise da execução orçamentária de 2010. Brasília: Ipea, ago. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110825_comunicadoipea108.pdf>. Acesso em: 23 maio. 2014.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca
Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração eletrônica
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna
Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA